



CLIPPING



04 de
Março
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> FALTAS DELEGADO

Prefeito cassado do município de Oriximiná, no Baixo Amazonas, o delegado Willian Fonseca (PRTB) se apresentou de volta à Polícia Civil do Pará para cumprir expediente no final do ano passado. Designado para assumir o Departamento de Polícia de Santa Cruz do Arari, no Arquipélago do Marajó, Fonseca estaria ausente da cidade desde 15 de fevereiro. Nas redes sociais, o delegado reclama que a transferência é retaliação política. Seja como for, Fonseca ainda está em estágio probatório na nova função. Segundo o Portal da Transparência, o delegado tem salário de R\$ 41.644,00 e corre o risco de ser punido administrativamente por abandono da função pública.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



O delegado Arthur Nobre está à frente das apurações

GOLPISTA

MAIS VÍTIMAS DENUNCIAM CONTADOR

INVESTIGAÇÃO - Delegado Arthur Nobre, da Seccional da Sacramento, afirma que prejuízo chega a R\$ 800 mil. O acusado está preso desde o último dia 24, em Belém.

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Policiais civis da Seccional da Sacramento, em Belém, continuam investigando um contador acusado de aplicar golpes em pelo menos 23 pessoas. Segundo o delegado Arthur Nobre, que está à frente das investigações, o prejuízo às vítimas chega a R\$ 800 mil. Inicialmente, sete vítimas o denunciaram, por isso Alysson Santos Lima foi preso em flagrante, no mês passado. Ontem, mais 14 vítimas eram esperadas na Seccional da Sacramento.

Segundo o delegado, o contador profissional se aproveitava de conhecimentos específicos para aplicar golpes em pessoas que o procuravam para resolver questões com a Receita Federal. Ele tinha um escritório, o que dava credibilidade às ações. Algumas pessoas já o conheciam e ele se aproveitou dessa relação de confiança para enganar as vítimas.

Ainda segundo o delegado

Arthur Nobre, o contador confeccionava o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), que é pago tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, e é expedido para o pagamento de impostos ou tributos federais. Alysson já tinha um modelo de boleto, que ele fazia em um programa de computador específico, e adulterava o documento, colocando dívidas que a pessoa não tinha.

A pessoa pagava via Pix ou passava o cartão na máquina do contador. Um idoso foi lesado em R\$ 250 mil. As investigações apontam que Alysson gastava o dinheiro dos golpes em viagens de luxo para o Nordeste. Ele começou a enganar as pessoas há quatro meses.

As vítimas que compareceram à seccional ontem falaram com a imprensa, mas preferiram não se identificar. Uma servidora pública contou que conhece Alysson há 38 anos. No caso dela, ele adotou uma variação do golpe, prometendo vantagens financeiras

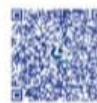
em um investimento imobiliário.

O contador afirmou que estava progredindo muito profissionalmente e que gostaria que os amigos também tivessem boas oportunidades de negócio. A mulher fez um empréstimo bancário e deu para o contador R\$ 16 mil. A servidora pública ficou muito abalada emocionalmente, já que conhecia o contador desde a infância. Eles cresceram juntos e frequentaram a mesma igreja.

Alysson Santos está preso desde 24 de fevereiro. Na Polícia Civil ele ficou em silêncio, alegando que só falará na Justiça. O contador foi preso em flagrante e depois o flagrante foi convertido em prisão preventiva.

VEJA MAIS

Use um leitor de QR Code para acessar o conteúdo multimídia.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com o delegado Arthur Nobre, o contador profissional Alysson Santos Lima se aproveitava de conhecimentos específicos para aplicar golpes em pessoas que o procuravam para resolver questões com a Receita Federal.



Alysson gastava o dinheiro dos golpes em viagens de luxo para o Nordeste

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Os cartórios do Pará tiveram aumento de 67% nos inventários em 2021, comparados a 2020. Um recorde desde que o ato, obrigatório para a partilha de bens do falecido entre os herdeiros, passou a ser feito em tabelionatos de forma mais rápida e simplificada em 2007. O alto número de óbitos durante a pandemia e a facilidade do sistema on-line explicam o crescimento. O ato fechou 2021 com 694 escrituras lavradas no Estado, frente a 414 realizadas em 2020. O registro de atos em 2021 foi 182% maior que a média de atos praticados entre 2007 a 2020.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Suspeito de tentar estuprar criança escapa de linchamento ao ser preso no Pará

Caso ocorreu em Floresta do Araguaia, sudeste do Pará. Homem foi autuado em flagrante pela Polícia Civil.

Por g1 Pará — Belém

03/03/2022 18h20 · Atualizado há 17 horas



Em [Floresta do Araguaia](#), sudeste paraense, um homem suspeito de tentar estuprar uma criança de oito anos escapou de um linchamento ao ser preso pela Polícia Civil (PC), na última segunda-feira (28).

De acordo com a corporação, após denúncia, uma equipe policial foi até o local onde o indivíduo estava escondido e realizaram a detenção do homem no local, cercado por algumas pessoas que o ameaçavam de linchamento.

A PC ainda informou que o suspeito foi conduzido à delegacia do município para cumprimento dos procedimentos cabíveis. Ele se encontra à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça condena Sintepp e escritórios de advocacia por desvio de R\$ 7,4 milhões do Fundeb no Pará

Sentença determinou que condenados devolvam o valor à Prefeitura de Marituba. Dinheiro tem que ser aplicado exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental público. Sindicato vai recorrer da decisão.

Por g1 Pará — Belém

03/03/2022 18h08 · Atualizado há 20 minutos



O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (Sintepp) e dois escritórios de advocacia foram condenados pela Justiça Federal nesta quinta-feira (3) a restituírem mais de R\$ 7,4 milhões, que receberam como pagamento por serviços prestados à Prefeitura de Marituba, com recursos provenientes do Fundo Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb).

De acordo com a 1ª Vara da Justiça, com a restituição, o município de Marituba deve aplicar os recursos exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental público, como prevê o Fundeb.

O juiz Henrique Dantas da Cruz, que assinou a sentença, reforçou que as verbas do fundo são constitucionais e legalmente vinculadas ao custeio da educação básica e à valorização do magistério, e, por isso, deve ser vedada a utilização em outras despesas, como o como pagamento de honorários advocatícios.

“O município de Marituba, em vez de aplicar os R\$ 62.113.226,10 no pagamento dos professores da rede pública municipal e no desenvolvimento e manutenção da educação básica, repassou valores para o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará, o escritório de advocacia Beltrão e Visalli Advocacia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e Consultoria Tributária e Walmir Moura Brelaz, por meio de um acordo fraudulento”, apontou o juiz.

Os valores, que ultrapassam os R\$ 7,4 milhões, deverão ser atualizados com juros de mora e correção monetária, como mostrou a decisão, além de que o valor deve ser movimentado por meio de conta específica.

A Justiça ainda determinou que os pagamentos sejam realizados sob a forma de transferência eletrônica via crédito na conta bancária do destinatário, de forma que ficam vedados saques em espécie e emissão de cheques.

Em nota, o Sintepp informou que o valor que a Justiça solicita devolução é referente aos honorários advocatícios referentes a trabalho desenvolvido pela assessoria jurídica do sindicato visando garantir a aplicação do mais de R\$ 62 milhões recebidos pela Prefeitura de Marituba por Precatório de processo judicial que pleiteava recursos da União em razão de repasse a menor do Fundef, atual Fundeb, do período de 1998 a 2006, especialmente em benefício dos servidores da educação, que foram beneficiados em quase R\$ 25 milhões, afirmado pela própria Prefeitura.

Ainda de acordo com o Sindicato, é visto com estranheza o movimento do Ministério Público Federal do Pará, que ingressou com Ação Civil Pública para “*desconstituir um suposto acordo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP e o Município de Marituba/PA*”, haja vista que o fato jamais ocorreu. Por isso, o Sintepp continuará pleiteando pelos interesses da categoria e recorrerá da decisão.

Irregularidades

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), uma ação proposta perante a 1ª Vara em 2019 mostrou que o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM) e a Controladoria-Geral da União (CGU) constataram irregularidades na gestão dos recursos públicos federais provenientes do Fundeb e destinados a Marituba.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O documento relata que os recursos foram repassados pela União ao município, por meio de precatório, no dia 1º de fevereiro de 2017, no montante de R\$ 62.113.226,10. As irregularidades apontadas constatam que Marituba utilizou indevidamente recursos do Fundeb, no total de R\$ 7.453.587,13, de forma desvinculada à educação, para o pagamento de honorários aos escritórios mencionados pelo juiz Henrique Dantas.

A sentença desta quinta-feira (3) acrescentou que “o ajuizamento da demanda perante a Justiça Estadual e o contrato de honorários constituíram uma simulação para aparentar a prestação de serviços advocatícios, quando, na verdade, a intenção das partes era desviar recursos públicos. Além do pagamento de honorários, a destinação dos 40% da cláusula terceira também viola frontalmente a destinação constitucional da verba”.

A decisão ainda mostra que os recursos não foram repassados aos professores que, com vontade livre e consciente e em virtude de serviços advocatícios, repassaram o dinheiro para o Sintepp e para os dois escritórios de advocacia.

"Também não houve manifestação de vontade para que o município de Marituba, antes de pagar seus salários, descontasse o valor dos honorários, a exemplo do que ocorre nos empréstimos consignados em folha. O dinheiro foi da conta do município de Marituba para as contas do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará, do escritório Beltrão e Visalli Advocacia e Consultoria Tributária e de Walmir Moura Brelaz”, afirmou o juiz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Contador preso em Belém pode ter causado prejuízo de R\$ 1 milhão a mais de 30 vítimas, diz polícia

Suspeita é que ele tenha usado parte dos dinheiro das vítimas em viagens. Segundo polícia, ele aplicava golpes emitindo falsos boletos e usando cartões dos clientes de forma indevida.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém

03/03/2022 14h15 · Atualizado há 2 horas



Contador é preso suspeito de estelionato em Belém. — Foto: Reprodução / Arquivo pessoal

O [contador preso em Belém há uma semana suspeito de aplicar golpes](#) pode ter causado prejuízo total de aproximadamente R\$ 1 milhão a pelo menos 35 vítimas, segundo a Polícia Civil. A suspeita é que ele tenha usado parte do dinheiro das vítimas em viagens.

Parte das pessoas lesadas está sendo ouvida nesta quinta-feira (3) pela investigação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"Inicialmente, eram sete vítimas. Mas com a divulgação do caso, apareceram mais 13 que compareceram nesta quinta à delegacia para depoimentos. Calculamos que haja mais 15 vítimas" diz o delegado Arthur Nobre.

Ele conseguia dinheiro de clientes ao [emitir boletos falsos e também usando cartões](#) dessas pessoas de forma indevida, segundo a polícia. Os clientes procuravam o suspeito para resolver pendências com a Receita Federal ou outros serviços - veja na entrevista abaixo.



Polícia ouve vítimas de golpe de estelionato em Belém

Ainda segundo a investigação, o contador aplicava os golpes há cerca de cinco meses e não tem antecedentes criminais. A polícia deve pedir que a prisão dele em flagrante, que ocorreu em 24 de fevereiro, seja convertida em preventiva.

O preso é alvo de dois inquéritos policiais e deve responder pelos crimes de estelionato e falsificação de documento público e particular. Em depoimento à polícia, ele ficou em silêncio.

A identidade do contador não foi relevada pela polícia. A polícia informou que o Conselho deve ser notificado de forma oficial no fim da investigação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Em nota, o Conselho Regional de Contabilidade do Pará informou que está "ciente das acusações" e que "espera a conclusão das investigações policiais para a abertura do processo ético-disciplinar, de onde sairão as sanções necessárias".

"O CRCPA reafirma ainda seu compromisso no zelo do exercício exemplar da profissão contábil no Estado e repudia qualquer conduta que viole os preceitos éticos da profissão", ainda diz a nota.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Suspeito de ter estuprado filha de namorada é solto em audiência de custódia em Santarém

De acordo com a defesa, o flagrante foi relaxado por falhas identificadas. O caso segue sendo investigado pela polícia e suspeito vai responder ao processo em liberdade.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA
04/03/2022 12h19 · Atualizado há 34 minutos



Caso foi registrado na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil — Foto: Alan Martins/g1

O homem que [foi denunciado e preso](#) suspeito de estuprar a filha da namorada foi liberado durante audiência de custódia realizada na manhã desta sexta-feira (4) no Fórum de [Santarém](#), no oeste do Pará. A informação foi confirmada ao **g1** pelo advogado Igor Dolzanis, que compõe a defesa do suspeito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com a defesa do suspeito, ele foi liberado pela ausência de flagrante. O homem vai responder ao processo em liberdade e a polícia seguirá investigando o caso.

"Foi observado que o flagrante foi feito de maneira totalmente errônea visto que não descreveu com exatidão dia hora e local do crime, assim como foi pedido na audiência de custódia o relaxamento devido a má formação dessa peça pela autoridade policial. Foi acatado pelo ministério público e decidido pelo juiz foi um pedido da defesa técnica", contou Igor Dolzanis.

Ainda de acordo com o advogado do suspeito, a defesa vai trabalhar agora diante do inquérito para provar a inocência do homem.

"A defesa vai trabalhar agora diante de inquérito para provar a inocência durante o curso da instrução do inquérito a justiça ainda não disse dias ele é inocente ocupado porém vamos trabalhar de acordo com a linha de defesa a inocência dele", completou o advogado.

O caso

O homem foi preso na quinta (3) no bairro Santíssimo. Ele teria tocado nas partes íntimas da enteada de 6 anos, além de mostrar vídeos pornográficos a menina.

Os supostos abusos foram relatados pela vítima à irmã, uma adolescente de 16 anos que, posteriormente, contou à mãe.

A polícia foi acionada e o homem foi levado para a 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil. Na delegacia, o suspeito falou que que foi vítima de uma cilada.

"Aconteceu uma situação no nosso relacionamento há alguns dias e a filha mais velha teve um atrito com a mãe. Eu já imagina que alguma coisa podia acontecer porque ela não aceitava o novo namoro da mãe após o fim de um casamento de 20 anos. Eu fui chamado lá na casa e depois que cheguei lá a polícia apareceu e me prendeu. Armaram uma 'casinha' pra mim", disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Preso após ser denunciado por estupro de menina de 6 anos, homem diz ser vítima de cilada

Vítima que é filha da namorada do suspeito relatou abusos para a irmã de 16 anos que ele tocava em suas partes íntimas e mostrava vídeos pornográficos.

Por Dominique Cavaleiro e Zé Rodrigues, g1 Santarém e TV Tapajós — PA
04/03/2022 10h47 · Atualizado há 4 minutos



Caso foi registrado na Seccional de Polícia Civil em Santarém — Foto: Arte/g1

Um homem foi preso na quinta (3) suspeito de estupro de vulnerável em [Santarém](#), no oeste do Pará. A prisão foi realizada pela Polícia Militar em um hospital particular localizado na avenida Tapajós. A vítima que tem 6 anos é filha da atual namorada do suspeito.

De acordo com informações da polícia, a menina relatou os supostos abusos à irmã de 16 anos que, por sua vez, contou à mãe o que estava acontecendo.

Ainda segundo a polícia, a vítima contou que o namorado da mãe tocava em suas partes íntimas e mostrava vídeos pornográficos para ela.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ao tomar conhecimento dos relatos das filhas, a mulher chamou a polícia e o namorado foi preso. O caso foi registrado na 16ª Seccional Urbana de Polícia Civil e o suspeito deverá passar por audiência de custódia ainda nesta sexta (4).

Na saída da Seccional de Polícia Civil para o Fórum de Justiça, o suspeito disse que foi vítima de uma cilada. "Aconteceu uma situação no nosso relacionamento há alguns dias e a filha mais velha teve um atrito com a mãe. Eu já imagina que alguma coisa podia acontecer porque ela não aceitava o novo namoro da mãe após o fim de um casamento de 20 anos. Eu fui chamado lá na casa e depois que cheguei lá a polícia apareceu e me prendeu. Armaram uma 'casinha' pra mim", disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br